



## **O território entre forças globais: alternativas de fronteira na América latina?**

Diogo Oliveira Silva<sup>1</sup>

### **Resumo**

Por meio do conceito de espaço e de território, busca-se discutir a problemática da regulação enlaçando três ordens gerais de organização: a globalização como uma nova forma de produção do espaço, através de um determinado sistema de objetos e sistema de ações dominante, como uma ordem global em favor dos interesses dos países desenvolvidos; a forma de divisão internacional do trabalho que corresponde a estas forças sociais e, por fim, as dinâmicas atuais de determinação da divisão territorial do trabalho que partem do território, por modos alternativos de regulação. Por estas vias, a América Latina é pensada como um lugar de forças das horizontalidades no enfrentamento de uma razão hegemônica de ordenação dos lugares.

**Palavras chave:** espaço, território, globalização.

## **El territorio entre fuerzas globales: ¿alternativas fronterizas en América Latina?**

### **Resumen**

A través del concepto de espacio y territorio, buscamos discutir el tema de la regulación vinculando tres órdenes generales de organización: la globalización como una nueva forma de producción espacial, a través de un determinado sistema de objetos y un sistema dominante de acciones. , como un orden global a favor de los intereses de los países desarrollados; la forma de división internacional del trabajo que corresponde a estas fuerzas sociales y, finalmente, la dinámica actual de determinación de la división territorial del trabajo que parten del territorio, por modos alternativos de regulación. De esta manera, América Latina se concibe como un lugar de fuerzas de horizontalidades frente a una razón hegemónica para ordenar lugares.

**Palabras clave:** espacio, territorio, globalización.

## **The territory between global forces: border alternatives in Latin America?**

### **Summary**

Through the concept of space and territory, we seek to discuss the problem of regulation by linking three general orders of organization: globalization as a new form of space production, through a particular object system and dominant system of actions. , as a global order in favor of the interests of developed countries; the form of international division of labor that corresponds to these social forces and, finally, the current dynamics of determining the territorial division of labor that depart from the territory, by alternative modes of regulation. In these

<sup>1</sup> Economista e mestre em relações internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente cursa doutorado em economia pela Universidade Federal da Bahia. dosilvasc@gmail.com

ways, Latin America is thought of as a place of forces of horizontality in confronting a hegemonic reason for ordering places.

**Key words:** space, territory, globalization.

## 1. Introdução: do território às territorialidades

O uso do território<sup>2</sup> teve, durante grande parte do século XX, uma formação hierárquica nacional sob o comando organizador de uma força estatal, impondo-lhe uma racionalização funcional dos lugares, das regiões (SANTOS e SILVEIRA, 2006; HAESBAERT, 2004). Sob o alvorecer do século XXI estas determinações se alteram, se movem com grande rapidez como poder consubstanciado na velocidade do dinheiro e da informação (SANTOS, 2003), criando uma realidade de ordenamento através dos fluxos de energias, materiais, dinheiro e informação.

O território passa então a ser crescentemente organizado por forças externas, que através de redes tendem a fragmenta-lo, e pela instauração de uma guerra dos lugares, que através do imperativo da competitividade, quebram os vínculos de solidariedade do acontecer no lugar em prol do acontecer pela competitividade entre os lugares (SANTOS, 2006; SANTOS e SILVEIRA, 2006), formando o que Milton Santos (2006) chamou de “espaço nacional da economia internacional”.

A forma da dominação de dominação global que busca controlar o uso do território são as forças sociais hegemônicas, organizadas em redes (DOS SANTOS, 1998; SANTOS, 2006) que captam, traduzem, organizam e distribuem informações.

A globalização, os sistemas de objetos e os sistemas de ações hegemônicos, se faz por redes que capturam lugares, criando um espaço específico das forças sociais dominantes onde o neoliberalismo – forma regulatória de mercado –, conecta diferentes escalas de poder: o local, o nacional e o supranacional (BRENNER; PECK; THEODORE, 2011; PECK; THEODORE, BRENNER, 2012).

Todavia, como manifestação do vivido, o uso do território tem forças dinâmicas internas (territorialidades), transformando-se sobre si mesmo e em relação com o espaço global como forma de correalização dos processos de totalização. Ainda hoje, no tempo dos

<sup>2</sup> Quando falamos de território, estamos nos referindo a uma formação socioespacial que está incluída dentro de uma lógica, num sistema produtivo, num modo de produção. O território é a manifestação empírica do modo de produção, logo, formação socioeconômica. Como um lugar, como parte de um todo, esta formação reproduz a totalidade, é parte integrante e integrada, mas não é apenas de seu próprio movimento que se depende o acontecer histórico, mas da junção de sua dinâmica com a dinâmica universal do sistema, com a totalidade (SANTOS, 2006).

grandes cadeias globais de valor, a visão sobre o território como lócus de ação é fundamental, tanto porque ele é o palco, a base e a condição da localização dos atores, quanto porque é através dele que é possível retomar um processo de regulação política contra o domínio da regulação do mercado.

Considerar o território nesta problemática não se trata de ver no fenômeno das redes um campo dialético de batalhas, um lugar para operar oposições dentro de uma ordem pré-estabelecida pelo controle de fluxos, mas de inverter esta dinâmica, atentando-se para o fato de que o espaço não é a totalização das redes, mas um processo mais complexo, onde muitas forças sociais operam suas diversidades de imaginário, de ação, produção e racionalidades. Em sua totalidade, o que existe é o espaço banal<sup>3</sup>, o espaço de todos e por meio dele se pode repensar a disputa pelo território entre as diferentes formas de poder organizativo.

Trata-se, então, de pôr em movimento um conjunto de territorialidades<sup>4</sup> que estão neste outro do espaço dominante. Fazê-las avançar sobre o pacto da sociedade civil e sociedade estatal no território nacional, embaralhando e desarticulando os termos do negociado e dos negociantes e seus interesses conectados internamente e externamente em torno da globalização (PANITCH e GINDIN, 2004).

O espaço banal, territórios e territorialidades que comporta, são alternativas possíveis de pensar uma nova totalização, um novo território ou mesmo, uma outra globalização como argumentou Santos (2003, 2006), por meio das possibilidades técnicas abertas e dos conflitos do modo de acumulação e regulação entre o global, nacional e o local que perfazem, para a maioria dos povos, uma posição de subalternidade.

Neste artigo, far-se-á uma revisão deste debate com o intuito de expor alguns fundamentos teóricos básicos sobre a discussão de uma forma regulatória das territorialidades, com foco no especial na América Latina. O caráter fortemente político da disputa regulatória é enfatizado, como o fito de buscar abrir as controvérsias que ora limitam a visão do possível em focos de análise mais ligados ao peso institucional das redes regulatórias e aqueles mais detidos sobre as imposições da divisão internacional do trabalho. Destaca-se a capacidade de formação do povo como alternativa histórica contra as encruzilhadas dos vários tipos de imobilismo político.

Para tanto, apresenta-se uma discussão sobre a formação do espaço, processos de territorialização e desterritorialização dos lugares, sobre a lógica do neoliberalismo na

<sup>3</sup> Ver Perroux (1967)

<sup>4</sup> Neste sentido, Virilio (1984) nos recorda que o poder saber é indagar, ou seja, pôr em movimento. De tal modo que é apenas pela apreensão do movimento que podemos ter qualquer dimensão das possibilidades históricas.

segunda seção. A terceira parte deste artigo está debruçada sobre as formas de regulação e crise deste sistema. Avança-se no problema por uma breve discussão sobre a forma-histórica de situação da América Latina nos movimentos de remodelação do espaço e, por fim, finalizando a proposta aqui apresentada, adentra-se no papel da força popular como forma política alternativa para a América Latina.

## **2. Sistemas de objetos e sistema de ações: o espaço da globalização**

O espaço é um híbrido, ou seja, valem para o seu entendimento os fatores do terreno da cultura e quanto da natureza. O espaço é ligado, portanto, ao mundo da matéria e ao mundo dos significados, em sistema de objetos e sistemas de ações. Este conjunto de sistemas contém categorias analíticas internas – a paisagem, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades, as formas-conteúdo –, e supõem processos que são de origem de toda sociedade/planeta, como a técnica, a ação, os objetos, as normas, os eventos, a universalidade, a particularidade, a temporalidade, a totalidade e a totalização; a idealização e a objetivação; o símbolo e a ideologia (SANTOS, 2006).

Dentro desta dimensão conceitual há a precedência, como conceito explicativo e operacional, da técnica, quer dizer, a forma de fazer, de produzir o ser e a existência, como um dado da história da humanidade, que serve como meio de distinção do espaço-tempo<sup>5</sup> (SANTOS, 2006; PINTO, 2012).

A técnica é um dos eixos fundadores do espaço como conceito porque é responsável pela integração coerente entre suas categorias analíticas internas e os fatores externos que perpassam a sociedade. É deste ponto de vista filosófico que a técnica conecta o tempo e o espaço – o tempo e seu uso, o espaço e seu uso –, através dos variados sistemas que reproduzem o trabalho como uma unidade do espaço-tempo, em produção e percepção do tempo vivido, do espaço vivido, o território (SANTOS, 2006).

Pensado como forma de objetos, o espaço é uma coleção de “parafernálias”, uma segunda natureza, nos termos de Álvaro Vieira Pinto (2012) e a natureza das coisas. Esta coleção de objetos, vistas por qualquer um que olhe a paisagem, só tem sentido no espaço por meio da forma com a qual é ordenada no próprio espaço, como um conjunto coerente de

<sup>5</sup> Neste sentido, o filósofo Álvaro Vieira Pinto (2012) conta que a princípio os objetos derivam-se das coisas, pelo processo de trabalho; no que se derivou também, como extensão do corpo, uma técnica específica. Outrossim, tanto quanto mais fossem variados os espaços de localização do homem, tantas mais eram variadas as técnicas (SANTOS, 2006).

objetos (sistema de objetos), funcionando com uma lógica específica em cada tempo histórico e usados a partir desta orientação.

Por sua vez, o sistema de ações é mais do que a transmissão de informação no espaço por meio de um objeto; é um processo de comunicabilidade entre os homens e, ainda mais do que isto, são as relações sociais (SANTOS, 2006) por meio das quais os seres humanos interagem, criam significados e significantes, constroem, pelo agir, as coisas pelas quais também são feitos<sup>6</sup>. O sistema de ação<sup>7</sup> existe como uma forma de manifestação da intenção entre os atores produzindo códigos sêmicos.

O que relaciona as noções de sistemas de ação e objeto (espaço), o que solda as partes conceitualmente cindidas, é a totalidade, ou melhor, o processo de totalização (SANTOS, 2006). A conjugação entre sistema de objetos e sistema de ação se realizam num evento<sup>8</sup> que, a partir de uma multiplicidade de potencialidades históricas, cria a existência numa objetividade determinada.

Tanto os objetos, quanto as ações, dependem de eventos para serem transmutados em objetividade histórica. Transformação que, importa dizer, não é fruto de nenhuma das partes isoladas no processo<sup>9</sup>, mas do movimento global que decorre de forças sociais mais gerais e através das variações da divisão internacional do trabalho – forças de relações sociais e produtivas – que promovem a distribuição geográfica da variação da totalidade sobre o conjunto de lugares que participam do espaço (divisão territorial do trabalho) (SANTOS, 2006).

A transformação atual<sup>10</sup> Milton Santos (2006) conceitua como Meio científico-técnico-informacional, nos seguintes termos: científico porque é um objeto perfeito, moldado

<sup>6</sup> Ao relacionar a totalidade entre sistema de objetos e sistema de ações, Santos (2003; 2006) conecta esta interpretação a uma relação de forças produtivas e relações sociais, respectivamente, de tal modo a também dizer que hoje as relações sociais são forças produtivas, tanto quanto as forças produtivas são relações sociais, pela potência do meio científico técnico informacional. Ou seja, a separação entre sistema de objetos e sistema de ações obedece a um critério de esquematização conceitual, mais do que uma forma de movimento do real.

<sup>7</sup> A ação que relaciona tempo e espaço e se configura como um projeto (SANTAYANA, 1998), um poder, que conduz a uma existência (SANTOS, 2006) e a um território.

<sup>8</sup> Todo evento é resultado de um fluxo de vetores, que são formados por uma ação, intencionalidade, relacionado ao sistema de objetos. Só pode-se identificar a existência de um evento quando ele se projeta sobre o meio, quando ele se torna carne.

<sup>9</sup> Dada a existência dos eventos, das possibilidades históricas, vetores que entrelaçam sistemas de objetos e sistema de ações no espaço-tempo, o espaço é tanto o presente, quando um vir a ser. É a base das operações fundamentais do movimento que se completa pelo seu outro, que é lugar (SANTOS, 2006); numa constante transformação que da forma do espaço se completa apenas quando alcança o lugar, que lhe confere um conteúdo, por meio de uma ação – mediada pela técnica, pela intencionalidade, pelos objetos - da sociedade: forma-conteúdo.

<sup>10</sup> Desta dinâmica, no transcorrer histórico de muitos eventos de transformações do espaço, há pelo menos cinco grandes ondas de revolução tecnológica de 1771 até os dias atuais, que vão “redescobrir” o mundo em processos sucessivos da relação homem-natureza. A primeira é a revolução industrial (1771-1829); a segunda é representada pela máquina à vapor e as ferrovias (1829-1873), a terceira a engenharia pesada e a era do aço

por uma intencionalidade que lhe determina um tipo de ação e uma norma, programado para um determinado fim (sentido de finalidade). É, por sua vez, informacional, porque estas configurações científico-técnicas que contém tem um dado de atuação, que busca limitar a possibilidade de agência dos homens ao que está estritamente informado no objeto e pelo objeto. Por fim, é técnico, porque representa uma forma de atuação do homem em relação à natureza, meio de produção da vida e da existência.

A partir desta atual concepção de espaço, costurado pelos processos de totalização que vão do global ao lugar e vice-versa, através de uma divisão do trabalho e da divisão territorial do trabalho dirigidas pelo controle da informação, a ideia do período atual como meio científico-técnico informacional abre os caminhos para uma definição de globalização, que passa a ser referida na forma de três unicidades por Milton Santos (2003, 2006): da técnica, do tempo e do motor da vida social.

Como unicidade de técnica, não significa exatamente dizer a existência de uma única forma de busca para soluções dos problemas de uma sociedade, mas o domínio de uma técnica hegemônica universal<sup>11</sup> que, ao se fragmentar (processos de *outsourcing*<sup>12</sup>), "desterritorializa" os lugares, os "reterritorializando" sobre o comando de atores, objetos e ações hegemônicas.

Já a funcionalidade dos objetos comportada por esta forma técnica é universal, mercantil e simbólica num tempo unificado. Por isso, esta funcionalidade viabiliza o avanço da mais valia global, como motor único da vida social, dado que pela possibilidade técnica, todos os lugares podem ser, em simultaneidade<sup>13</sup>, colocados em lógicas de competitividade através do controle, por determinados atores, de dois grandes domínios: o dinheiro e da informação (SANTOS, 2003, 2006).

Coopera neste sentido os objetos como símbolo, dado que cada vez mais informam aos homens e as suas relações não só de um modo de fazer determinada coisa, mas também

---

(1875-1918), a quarta a era do petróleo, do automóvel e da produção em massa (1908-1974) e a quinta é a da informática e das telecomunicações (1971- até os dias atuais) (PEREZ, 2004), da nanotecnologia, biotecnologia, engenharia genética, entre outras.

<sup>11</sup> Ao destacar a perfeição dos objetos técnicos de comando, Milton Santos coloca um problema que além do que Álvaro Vieira Pinto (2012) chamou de segunda natureza, mas enfatizando que a própria intencionalidade na formação dos objetos técnicos escapam a maioria dos homens, dada a aliança entre ciência, técnica e informação sob o controle restrito de determinados atores no período atual.

<sup>12</sup> Ver Feenstra (1998)

<sup>13</sup> O que significa que cada lugar está ligado, simultaneamente a outros lugares (NICOLÁS, 1998; SANTOS, 2006; HAESBAERT, 2013), o que torna os eventos em um lugar potencialmente interdependentes de outra, a depender da utilização da informação (SANTOS, 2006). Uma questão, que se observa como trunfo de poder, dado que ter comando da informação, da "energia informada", permite ter poder sobre a circulação, permite formar o que Raffestin (1993) chamou de "quadrículos do poder", como expressão de um projeto social que relaciona um modo de produção e seu campo ideológico.

como usar; é carregado de normas, princípios, regras, entendimentos de mundo<sup>14</sup> que tem maior poder sobre a “normalização” da ação. Deste modo, como forma geral, estes objetos são informação pura (o caráter científico da forma), quando, por determinados eventos, avançam sobre um espaço e um território, ganham informação definida, conteúdo, criando forma-conteúdo (SANTOS, 2006) de uma organização dos lugares<sup>15</sup>.

O discurso carregado pelos objetos necessita de uma ação e vice-versa. Há um modelo de ação hegemônica operacionalizado através de normas, padrões, *best practices*, ordenado pela lógica do meio científico-técnico informacional que é, não custa repetir, governada por atores hegemônicos<sup>16</sup> através, entre outras formas, de organizações internacionais<sup>17</sup>. Segundo Milton Santos (1999; 2003; 2006), a ação hoje seria uma ação informada, formalizada, baseada num cálculo instrumental que relaciona *just in time* e *just in place*, em ação e tempo imediato.

No espaço e nos lugares, a diferente distribuição de objetos e ações que fazem parte de um núcleo hegemônico se dá pelos eventos e seu caráter de incerteza, como pela variação da divisão internacional do trabalho, estes são os fatores de mediação entre o universal e o particular (SANTOS, 2006).

A divisão internacional do trabalho, determinada por empresas transnacionais, Estados do centro capitalista e o capital financeiro— em torno da reestruturação atual da reprodução do capital fixo e dos fluxos – hierarquiza lugares, cidades, regiões (BENKO, 1998), de tal forma que o lugar e o global se unem em movimento simultâneo e diferenciado, algo que remete a tese do desenvolvimento desigual e combinado (SANTOS, 2003).

Grandes empresas transnacionais (ETNs), controlando cadeias globais de valor ou redes globais de produção (CGV/GCN), no que passam a comandar, de um ponto fixo, uma série de ações produtivas fragmentadas e unificadas externamente (verticalidades). Pelas CGVs/GCNs, estas empresas decidem onde e quando algo será produzido, definindo também,

<sup>14</sup> Como afirma Raffestin, o invólucro do espaço-tempo no qual se tem origem um quadrículo de poder é um todo, que relaciona modo de produção, forças produtivas e relações de produção. É mesmo a expressão de um projeto social.

<sup>15</sup> Por esta forma-conteúdo, os objetos técnicos de característica científica formam a materialidade das geografias territoriais, juntamente com objetos antigos, menos tecnológicos, menos carregados de informação, de tempos lentos, hegemonzando a lógica de sua relação social de produção através da dinâmica normativa da competitividade (SANTOS, 2006).

<sup>16</sup> Por atores hegemônicos, leia-se: empresas transnacionais, organizações internacionais, grandes bancos, grandes grupos investidores institucionais, grandes grupos de mídia, geração e distribuição de conteúdo informacional.

<sup>17</sup> Para ter uma visão diferente sobre a forma de organização do poder própria das Relações internacionais, em seu neoliberalismo institucional, através das organizações, normas e práticas, ver Keohane e Nye (1988). O método de análise aqui exposto privilegia o espaço e os lugares, não apenas as relações que envolvem o sistema interestatal e a busca não por um estado de equilíbrio, mas o movimento, a forma de contradição que enlaça a geoeconomia e geopolítica na construção do Império.

em muitos casos, a própria técnica de produção a ser utilizada, pelo controle que tem do que Raffestin (1993) chamou de tecnologia encorpada, bem como por sua capacidade de organizar e processar informação, comandar grandes cadeias de distribuição, entre outros (GEREFFI, 1994).

Trata-se de poder, que crescentemente passa a ser referido como rede (RAFFESTIN, 1993; DOS SANTOS, 1998; SANTOS, 2006; NEILSON et al.; 2014), como conectividade. A abordagem teórica mais amplamente difundida sobre este assunto é a *Global value chains* (GVC) e, mais recentemente, *Global production networks* (GPN). Ambas derivam da mesma problemática apresentada aqui, que é a emergência de um sistema global de produção e distribuição controlado e organizado por determinados atores hegemônicos<sup>18</sup>.

No entanto, por mais que estas abordagens das cadeias e redes sejam amplamente difundidas por meio de sua crescente utilização por organismos internacionais e uma gama crescente de intelectuais (NEILSON et al., 2014) – a tal ponto de que pensar fora delas possa parecer um equívoco –, é relevante pontuar que as redes não são uma totalidade, nem um espaço inteiro, nem mesmo uma forma de território particular e não expressam homogeneidade.

Em geral, as redes tendem a existir como espaço de transação, um discurso de conectividade do poder de fatores fixos e fluxos, material e social, real e imaginário (SANTOS, 2006). Dada a caracterização do sistema atual como técnico-científico informacional, compreende-se a rede como uma montagem que permite antever e ordenar funções a serem exercidas em diferentes lugares. Num recorte de arranjo espacial, as redes formam as verticalidades, ou seja, pontos no espaço, distanciado de outros pontos, que permitem organizar o funcionamento da economia e da sociedade por cima das horizontalidades (SANTOS, 2006), inclusive as instrumentalizando.

<sup>18</sup> A primeira (CGV) é mais referente a produção e distribuição do produto numa cadeia dirigida por empresas transnacionais, numa dimensão centralizada em produtores e outra em compradores – o que implica em variações nas suas configurações gerais de arquitetura produtiva e organizativa (GEREFFI, 1994; NEILSON et al., 2014). A segunda, por sua vez, tem um foco além das empresas como centro, destacando a agência de uma série de outros atores sociais que cooperam para a produção de uma rede de produção, entre eles, o Estado e suas instituições, como parte construtora de um regime de governança do processo produtivo (NEILSON et al., 2014). A partir desta lógica, autores vinculados a esta abordagem buscam compreender como muda a dinâmica produtiva e distributiva da produção, como se processa o desenvolvimento e como varia a ordem internacional em seus fatores geopolíticos e geoeconômicos.

Pelo pressuposto das redes, do papel das instituições e, também, mas não só, das ETNs, visam, alguns destes autores das CGVs e GCNs, compreender como se processa a transformação da arquitetura de organização da economia global que hoje, defende NEILSON et al. (2014), ainda tem forte alinhamento ligado as prioridades dos países desenvolvidos, mas que encontra no aumento de influência econômica e geopolítica da China e outros países emergentes, um ponto de questionamento relevante sobre a forma como continuará se ordenando os problemas de produção, distribuição e consumo da economia mundial.

A composição destas relações de poder sobre o território, em sistemas de objeto e ações de atores hegemônicos, através da simultaneidade de eventos e da formação de uma divisão internacional do trabalho nova, onde os objetos hegemônicos, espalhados pelos diferentes lugares, organizam os territórios nacionais na direção da competitividade; é o mosaico da globalização ou globalização como perversidade (SANTOS, 2003)<sup>19</sup>.

### **3. Forma de Crise, meio de regulação e produção do espaço**

A partir da construção da globalização como dominação pelo controle dos recursos financeiros e pela informação, trunfos de poder das empresas transnacionais e dos aparelhos de Estado que coordenam os movimentos de fluxos e fixos do capital, Santos (2003) chama a atenção para o problema do período e da crise, lançando a hipótese de que nas formas de ordenação anteriores, os períodos eram tempos compartimentados e organizados por certa coerência de suas variáveis que, a despeito de evoluírem de forma diferenciada, estavam inclusas dentro da ordem de um sistema.

As crises, por sua vez, eram o efeito de variação/diferenciação de um dos componentes do período, que o tornava instável o bastante para estar passível de rupturas em seu ordenamento. Logo, as crises eram os fatores que antecediam e sucediam os períodos de harmonização<sup>20</sup>.

Num mundo ordenado pela competitividade, a forma de processamento dos lugares contra lugares, a quebra das solidariedades, é a conjugação do período e da crise num mesmo movimento. Como período, as variações e normatividades que o caracterizam estão espalhados diferencialmente pelo espaço, bem como contam com grande capacidade de influência nos diferentes lugares que o compõem. Como crise, estas variáveis se chocam em seu movimento global, o que acaba por exigir, no período, a necessidade de novas rodadas regulatórias. “Crise persistente dentro de um período de características duradouras (SANTOS, 2003, p.17)”.

Esta instabilidade e contingência congênitas, fruto da competição intensificada e da livre mobilidade das finanças, fazem com que o sistema tenha que ser ordenado através de um conjunto de Estados e organizações internacionais, liderados pelos aparelhos de Estado internacionalizados da economia nacional americana, como o FED, o Tesouro e o

<sup>19</sup> São relações materiais e simbólicas que formam aquilo que Dardot e Laval (2016) chamam de nova razão do mundo, o neoliberalismo como prática disciplinar, como poder, exposto através da lógica da governamentalidade do capital em variados lugares e direções.

<sup>20</sup> Esta ideia de período e crise é bastante similar as conceituações da teoria da regulação. Ver Boyer (1988).

departamento de defesa. Como argumentam Panitch e Gindin (2004), trata-se de um império informal, por meio do qual a potência dominante terceiriza para os demais países a responsabilidade conjunta de coordenação do sistema, tornando-os todos responsáveis pela aplicação nacional das medidas de ampliação e ajuste do modelo neoliberal, bem como dos conflitos sócio-políticos decorrentes.

Consustanciando-se tal ordem de coisas em uma forma instável e contingente de organização (regulação) da acumulação do capital (PANITCH e GINDIN, 2004; BRENNER; PECK; THEODORE, 2011) e um conjunto de Estados para os quais direcionam-se tributos financeiros para a manutenção do período, ainda que isto implique numa assimetria clara de poder, onde os países detentores de moeda conversível (moeda forte), sobretudo a moeda de curso global, possam adiar seus ajustamentos, transmitindo-os para os países em maior estado de vulnerabilidade financeira (GILL e LAW, 2007). Este é o sentido da competitividade/austeridade e a forma de solidariedade organizacional do sistema.

A forma específica com que esta pantanosa solução dos conflitos de interesse na globalização encontra ordem pode ser apreendida na forma de racionalização presente nos estudos sobre o neoliberalismo de Brenner; Peck e Theodore (2011), por estes colocarem em relevo a dimensão diferencial no espaço dos processos de regulação neoliberal.

Este diferencial produzido pela trajetória de cada país, de cada lugar, é por onde estes autores destacam a relevância do *path dependence* (montagem híbrida de regulação nos diferentes lugares) e da crise como constituintes fundamentais do neoliberalismo numa dimensão diferencial, que se apresenta como processo/mutação variável no tempo e no espaço, não mais como um modelo estável de período.

Estes autores destacam ainda a característica de rede da regulação orientada pelos mercados, com experimentações regulatórias; transferência de políticas interjurisdicionais e formação de regimes monetários transnacionais, num movimento geo-regulatório que é específico nos lugares, mas que conta com tendências sistêmicas, o “contexto dos contextos” (BRENNER; PECK; THEODORE, 2011; PECK, THEODORE, BRENNER, 2012).

No entanto, terminam nestas observações as possíveis concordâncias com a análise geo-regulatória, que visa racionalizar o processo de restauração e crise do neoliberalismo. Diferente do que articulam as abordagens geo-regulatórias, o fato de os regimes orientados pelos mercados serem multipolares e em constante reordenação, não implica necessariamente que as raízes do neoliberalismo não sejam encontradas numa transmutação histórica de um espaço nacional e que sejam controladas por ele. Estas mudanças de período e crise são frutos de uma rearticulação do poder americano e da extensão internacional de seus aparelhos de

Estado como o FED e o Tesouro, além de seu poderio militar dominante, que podem forçar a submissão pelo consenso, corrupção ou força<sup>21</sup>.

Não parece existir um marco fundamental e portanto o sistema pareceria formado por redes numa forma rizomática, exatamente porque está estrutura de dominação e expansão do capital é instável e contingente, bem como sua forma de organização se encontra entre diversos interesses congregados, também diversos níveis de ordenamento escalar – no local, no nacional e no supranacional – , mas todos eles (interesses congregados e níveis de ordenamento escalar) estão em compromisso com o domínio de um império e de uma lógica de racionalidade hegemônica, por isto é consequente o pagamento de tributos financeiros e militares aos EUA, tanto quanto a determinação diferenciada da institucionalidade orientada pelo mercado.

Estas observações diluem o foco exageradamente (geo)institucionalista e o peso demasiadamente excessivos dados as redes como forma de dominação, como transmissoras de ordens regulatórias entre as diferentes escalas administrativas no espaço. Tendo as redes um papel meramente instrumental, espelhando um poder de determinação do social que não lhes é próprio.

De um ponto de vista materialista, o problema não está apenas na forma como se regula um lugar – os diferenciais geo-institucionais –, mas na maneira como se determina, em primeira instância, o seu uso. Sem colocar ênfase em como a divisão internacional do trabalho remodela - é causa de uma estrutura de ajustes -, as formas de participação dos lugares na ordem global e sem colocar em evidência a divisão territorial do trabalho, há uma opacidade nas análises que não pode ser iluminada em seu movimento somente pela rugosidade institucional dos antigos marcos de compromisso nacional, enlaçados com as novas tendências regulatórias estimuladas pelos mercados.

Recursos e lugares fazem parte de uma formação socioeconômica e são ponto de partida de qualquer análise sobre o espaço e o território (SANTOS, 2006). Se a forma de utilização destes recursos e lugares se dá, por exemplo, por economias de enclave, voltadas para o exterior, e majoritariamente dominadas pela exploração extrativista e de baixa diversificação, há sempre o risco de formarem-se setores que não se integram à economia e à

<sup>21</sup> Os novos consensos regulatórios que envolvem a disciplina dos mercados em acordos institucionais e que estruturam marcos geo-institucionais que guiam, através de redes, as experiências regulatórias nacionais/locais, não podem ser vistos como projeto de hegemonia americana, exatamente porque são outra coisa; estão no horizonte do projeto de um Império informal, que congrega uma diversidade de grupos e interesses entre diversos países centrais e “Estados efetivos” da periferia, em torno do núcleo americano de reorganização de seu poder global.

sociedade nacional (WADE, 2003) ou o façam com tamanho grau de dependência externa, que as opções de políticas nacionais de regulação estejam interdidas.

Desse modo, compreende-se porque Samir Amin (2005) põem ênfase na ideia do imperialismo atual como o controle - o monopólio -, no âmbito da tecnologia, do controle do fluxo financeiro, no acesso aos recursos naturais, no campo da comunicação e dos armamentos de destruição em massa, ou mesmo porque Milton Santos (2003) enfatiza o papel do controle, manipulação, ordenamento da informação e do dinheiro como eixo do poder, exatamente porque estes domínios permitem moldar os territórios, a divisão do trabalho, os caminhos dos lugares, através das verticalidades e instrumentalizar redes de controle.

#### 4. **Consenso das commodities**<sup>22</sup>

O caminho pelo qual a América Latina tem respondido a forma de ordenação programada pelas forças sociais hegemônicas não tem sugerido um fortalecimento de seu controle sobre os recursos de poder que tem a sua disposição. Pelo contrário, tem direcionando-se por meio de um ideário da utilização destes recursos como vantagem comparativa, como fator de competitividade externa para a atração de divisas, tanto com o intuito de honrar os tributos financeiros aos mercados através da rolagem de dívidas, quanto para sustentar o império, com o emprego de divisas em títulos da dívida pública americana

De fato, a utilização da brecha de oportunidade do surto de preços das commodities seguiu fluxos muito distintos dos mais progressistas apontamentos de teóricos que se debruçaram sobre a nova dinâmica de reformulação do espaço e o contexto mundial criado através deles, com um reforço de um modelo inserção externa fundado não no desenvolvimento produtivo baseado em recursos naturais, como defendido por Perez (2010); tampouco por uma visão geopolítica de integração sul americana a partir do controle de recursos naturais aportada por Bruckmann (2011); nem mesmo numa articulação complexo urbano – complexo verde da visão de Bertha Becker (2009), mas numa dimensão neoextrativista (GUDYNAS, 2011).

Além das dimensões tributárias ao império vindas da divisão internacional do trabalho e da forma de organização global das finanças em uma macroestrutura financeira, nos termos de Braga (1993), com a busca do superávit primário e o acúmulo de reservas em

<sup>22</sup> O termo foi originalmente colocado por Svampa (2012) e faz referência a um processo de integração dos países latino-americanos numa nova ordem econômica e política propiciada pelo crescimento dos preços internacionais de matérias primas e bens de consumo, firmando-se como um modelo de crescimento.

dólares, esta trajetória implicou também, durante um longo período, numa justificação, num discurso ideológico posto pelos gestores do “espaço nacional da economia internacional” e seus intelectuais de apoio.

Álvaro Garcia Linera (2013), por exemplo, justificava a posição neoextrativista do governo ao qual fez parte como vice-presidente sobre os auspícios da impossibilidade de romper com a forma como a divisão internacional do trabalho condicionava a economia boliviana, como também acusava seus críticos de buscarem desestabilizar o governo ao questionarem a única fonte de recursos com os quais se podia redistribuir renda e angariar apoio político.

Seu caso, no entanto, não é específico, mas geral, de um modelo de organização política do neoextrativismo na região, de um discurso que se utilizou da lógica de captura destes recursos e de um novo posicionamento do Estado no setor extrativista, para garantir coesão interna, através da distribuição de renda, programas de focalização, sustentação do Estado (GUDYNAS, 2011), em favor deste projeto de ação política que ao se inserir na divisão internacional do trabalho, ratifica a assimetria de poder e o desenvolvimento desigual e combinado.

Um verdadeiro “mal-estar no pós-neoliberalismo” que não se configura como uma “negociação nas longas sombras do poder imperial ou neo imperial” (PECK et al., 2012, p. 77), mas como parte integrante de um corpo sombrio, uma forma de regulação do lugar para a totalidade onde os preço dos produtos é controlado e manipulado por atores extracontinentais, a institucionalidade comercial que os regula estão sobre os acordos e normativas das correias de transmissão dos interesses das empresas transnacionais, e a aceitação da lógica da competitividade dificulta o processo de integração regional (GUDYNAS, 2011), o que torna a região presa fácil da sanha de controle geopolítico pelos recursos naturais.

Outrossim, a vitória das forças sociais expressas neste modo de regulação e no que Osório (2014) chama de padrão de reprodução do capital, implicam também um discurso de modernização que legitima a ordem atual da globalização, fragmentando o território em partes aptas a servirem aos interesses globais e, portanto, em crescimento, e lugares pouco luminosos, menos velozes (SANTOS, 2003), portanto relegadas a políticas públicas de compensação.

## **5. Alternativas políticas de fronteira**

A alternativa que se propõe pensar frente a estes constrangimentos passam por fora tanto das redes de institucionalidade de regulação neoliberal, quanto por fora da imposição de como a divisão internacional do trabalho se manifesta no lugar; entretanto estes por meio dos quais sempre se busca legitimar os acordos entre os negociantes e o negociado, por meio do recurso discursivo das impossibilidades históricas, dos limites conjunturais e das relações de força que não rompem com o domínio estabelecido, mas apenas movem a lógica de dominação.

Politicamente trata-se, ao contrário destas articulações, de tensionar o centro do poder colocando em movimento às suas margens; testar as possibilidades históricas pela promoção popular e de massas do poder-mover que penetra no território (VIRILIO, 1984) esgarçando seus limites e no fornecimento de um poder-saber e um poder comover que reabilite os sentidos da sociedade contra o poder dromológico do império informal, que pela tecnologia, pelo dinheiro e pelo consumo efetivo ou prometido promovem nas gentes a reificação e a alienação do vivido.

A inclusão dos contingentes populacionais marginalizados ao sistema econômico pelas políticas de focalização da pobreza, demonstrou seus limites de “mobilidade social”, bem como a sua ação congregada de retirada de direitos trabalhista (flexibilização) levou à precarização dos postos de trabalho na direção empregos instáveis, mas agregadores da massa de despossuídos e no aumento das disparidades de renda, mesmo entre os grupos oprimidos (DRUCK, FILGUEIRAS, 2007); além da ampliação das ações de força estatal contra os que não querem ou não podem ser “incluídos”.

Há, portanto, nas sociedades periféricas, um enorme contingente populacional que não está convencido do neoliberalismo, não está ideologicamente cooptado, e tanto não pode estar porque a este contingente se oferece as externalidades negativas do avanço do capital sobre os seus modos de vida (HAESBAERT, 2004; MARTINEZ-ALIER, 2007), quanto porque o acesso aos bens de consumo e ao emprego é, ainda mais hoje, dificultado (SANTOS, 2003) Nestes casos, o poder do consenso das commodities perde qualquer substância.

É um contingente populacional que pode ser organizado em lutas urbanas, lutas pela terra, pela autodeterminação dos povos, pelo direito à cidade, contra o racismo, contra a opressão de gênero, contra a destruição das condições fundamentais de existência que fundamentam o que pode ser pensado como poder das territorialidades, tensões territoriais em defesa da vida, da dignidade e do território como léxico político (PORTO GONÇALVES, 2015).

São formas territoriais de crítica que ainda que não se possa atribuí-las uma característica de um conflito sócio-político de classe, podem e tendem a tomar forma não necessariamente de proposições corporativistas, mas de guerra universalizante contra o capital, numa ordem sócio-política geral, por meio tanto de processos de complexificação da arena de disputa nas formas regulatórias necessárias às condições de reprodução do capital – que implicam em impactos relevantes na segunda contradição do sistema capitalista (O’CONNOR, 1998) – , quanto por sua própria emersão político-econômica, como busca de uma hegemonia social frente aos pactos de dominação na esfera estatal e da dominação ideológica presente na sociedade civil.

No movimento destas tensões e contradições, na sua dinâmica de um novo poder-comover (VIRILIO, 1985), nas suas formas de comunicabilidade, nas manifestações vividas do lugar, no acontecer homólogo (SANTOS, 2003), há potência para reabrir o horizonte histórico, hoje tão nebuloso pelo constante mover ideológico e regulamentar do neoliberalismo como crise, reformulação e avanço.

Neste sentido, a América latina tem dado demonstrações de possibilidades que, por mais que marcadas por retrocessos, como o caso do Equador e da Bolívia, e casos ainda inconclusos, como os que levaram a vitória eleitoral na Argentina e as manifestações populares de massa no Chile, contribuem de fato como reforço pedagógico de possibilidades de um “momento plebeyo” (LINERA, 2017).

Não há espaço aqui para adentrar nos pormenores destas questões, mas não é possível, na conjuntura de crise, desemprego, queda de renda e aumento da marginalidade social que se vive no Brasil, por exemplo, não expressar a necessidade de avançar na discussão que aqui foi apresentada e que pode ser arremetida a um horizonte político possível que ultrapasse as negociações prisioneiras das redes de institucionalidade neoliberal e da divisão internacional do trabalho. Trata-se de novamente pensar a constituição do povo como força política (LACLAU, 2005) capaz de cortar os nós do imperialismo aos quais a América Latina está submetida.

Ainda que seja possível apresentar este ou aquele movimento popular específico e localizado em determinado país como possibilidades para os demais na região, há a necessidade de pensar em cada lugar quais são as alternativas plausíveis de serem mobilizadas e quais as posições de sujeito que de forma mais ativa podem concorrer para formação de um projeto que dispute a hegemonia e a construção do social, através de uma lógica de equivalências entre distintas demandas democráticas (LACLAU, 2005).

Qualquer que seja este movimento, será aberto sobre as brechas das crises e reorganizações do neoliberalismo e deve saltar as fronteiras dos negociantes e negociados para ser capaz de criar um novo horizonte de possibilidades históricas, para ser capaz de ameaçar aquilo que é a vitória real do neoliberalismo, conforme apontado por Lazzarato (2019): o desaparecimento do horizonte revolucionário.

## 6. Considerações finais

Buscou-se neste artigo fazer um mapeamento geral da problemática da formação do espaço na globalização. Neste sentido, importantes questões teóricas foram apresentadas, como a ideia das cadeias globais de valor ou redes globais de produção, as formas de organização do imperialismo e o novo sentido de ordenamento regulatório do neoliberalismo.

Ainda foi apresentado, brevemente, um esboço de como a América Latina tem correspondido a estes movimentos globais, através da inserção de seus territórios na lógica de determinação de um sistema de objetos e sistema de ações hegemônicos.

O ponto fundamental é, no entanto, destacar que no imbróglio destas novas formas de dominação e produção global, é necessário pensar para além de dois fatores constrangedores das análises que buscam alternativas para a região.

Tanto o enfoque da disputa institucional no neoliberalismo, quanto aquele que visa discutir um ingresso possível na divisão internacional do trabalho desconsideram o potencial da política, plasmada na formação do povo, como forma histórica de abrir novos horizontes de possibilidades.

O economicismo e o institucionalismo funcionam como freios para a potência que tem as territorialidades e a construção de uma força contra hegemônica desafiante dos consensos construtores do social. Não se trata de simplesmente defender a necessidade de um novo imaginário político, mas de ampliar a força, presente hoje no seio social, de todas as potencialidades disruptivas da norma, dos consensos, dos negócios e dos negociantes.

## Referências

ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. São Paulo: Contexto, 2007.

AMIN, Samir. **O Imperialismo, Passado e Presente**. Tempo, Rio de Janeiro, v. 18, p.77-123, mar. 2005.

Banco Mundial. **O Estado num mundo em transformação**. Washington: Oxford University Press, 1997.

BENKO, Georges. Organização Econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução do século XX. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). Território: **Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 45-50.

BECKER, Bertha. Uma visão de futuro para o coração florestal da Amazônia. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009. Cap. 1. p. 37-85.

BRENNER, Neil; PECK, Jamie; THEODORE, Nik. **¿Y después de la neoliberalización? Estrategias metodológicas para la investigación de las transformaciones regulatorias contemporáneas**. Urban, Madrid, Ns01. , p.21-40, jan. 2011.

BOHÓRQUEZ, Leonardo Favio Osorio. **El Concepto de Poder en Economía**. Telos. Revista de Estudios Interdisciplinarios En Ciencias Sociales, Ciudad de México, v. 19, n. 3, p.391-407, abr. 2017.

BOYER, Robert. TECHNICAL CHANGE AND THE THEORY OF "RÉGULATION ". In: DOSI, Giovanni; FREEMAN, Christopher; SOETE, Luc (Org.). **Technical Change and Economic Theory: The Global Process of Development**. Londres: Continuum International Publishing, 1988. p. 67-94.

BRAGA, J. C. S. **A financeirização da riqueza**. Economia e Sociedade, Campinas. São Paulo. UNICAMP, p.25-58, 1993.

BRUCKMANN, Mônica. **Recursos Naturales y la Geopolítica de la Integración Sudamericana**. 2011

CONNOR, J. **Las condiciones de producción, por un marxismo ecológico, una introducción teórica**. Ecología Política, N. 177, p. 61-81, 1998

CHESNAIS, F. **O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos**. In: CHESNAIS, F. (Ed.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, consequências*. São Paulo: Boitempo. 2005. p. 35-67.

\_\_\_\_\_. **A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DRUCK, Graça and FILGUEIRAS, Luiz. **Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula**. *Rev. katálysis* [online]. 2007, vol.10, n.1 [cited 2019-12-20], pp.24-34. Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-)

49802007000100004&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1982-0259. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802007000100004>.

FEENSTRA, R. C. **Integration of trade and disintegration of production in the global economy**. Journal of Economic Perspectives, v. 12, n. 4, p. 31-50, 1998.

GEREFFI, Gary. Las cadenas productivas como marco analítico para la globalización. Problemas del Desarrollo, Ciudad de México, v. 32, n. 125, p.9-37, abr. 2001

GEREFFI, G; KORZENIEWICZ, M.; KORZENIEWICZ, R. P. Introduction: global commodity chains. In: GEREFFI, G; KORZENIEWICZ, M. (eds.). **Commodity chains and global capitalism**. Westport: Praeger, 1994, p. 1-14.

GILL, Stephen; LAW, David. Hegemonia global e poder estrutural do capital. In: GILL, Stephen. **Gramsci, materialismo história e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Ufrj, 2007. p. 157-200.

GUDYNAS., E. Más allá del nuevo extractivismo: transiciones sostenibles y alternativas al desarrollo. In: WANDERLEY, Fernanda (Coord.). **El desarrollo en cuestión: reflexiones desde América Latina**. La Paz: Plural Editores, 2011. p. 379-410.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. **Notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 3v.

HAESBAERT, Rogério. Del mito de la desterritorialización a la multiterritorialidad. **Cultura representaciones soc**, México, v. 8, n. 15, p. 9-42, sept. 2013 .

\_\_\_\_\_. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: s.ed., 2004 (disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>). Acesso: 15/12/2019

LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LAZZARATO, M. Fascismo ou revolução?: o neoliberalismo em chave estratégica. São Paulo: N-1, 2019.

LINERA, Álvaro García. **Geopolítica de la Amazonía: Poder hacendal-patrimonial y acumulación capitalista**. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional Presidencia de La Asamblea Legislativa Plurinacional, 2013.

\_\_\_\_\_. **¿Qué es una revolución?: de la Revolución Rusa de 1917 a la revolución en nuestros tiempos**. La Paz: Vicepresidencia del Estado, 2017.

NEILSON, Jeffrey; PRITCHARD, Bill; YEUNG, Henry Wai-chung. Global value chains and global production networks in the changing international political economy: An introduction. **Review Of International Political Economy**, p.1-8, 06 fev. 2014.

NICOLÁS, Daniel Hiernaux. Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação da mundialização? In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de;

SILVEIRA, Maria Laura. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 78-84.

OSORIO, Jaime. La noción patrón de reproducción del capital. **Cuadernos de Economía Crítica**, La Plata, v. 1, n. 1, p.17-36, out. 2014.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. Capitalismo global e império norte americano. In: PANITCH, Leo et al (Ed.). **El nuevo desafío imperial**. Buenos Aires: Clacso, 2004. p. 19-73.  
PECK, Jamie; THEODORE, Nik; BRENNER, Neil. Mal-estar no pós-neoliberalismo. Translated by Alexandre Barbosa de Souza, Maria Cristina Vidal Borba. **Novos estudos. - CEBRAP** [online]. 2012, n.92 [cited 2019-12-20], pp.59-78.

PÉREZ, CARLOTA. **Revoluciones Tecnológicas y Capital Financiero: La dinámica de las burbujas financieras y las épocas de bonanza**. México: Siglo XXI, 2004  
\_\_\_\_\_. Dinamismo tecnológico e inclusão social em América Latina: uma estratégia de desenvolvimento produtivo baseada em los recursos naturais. **Revista Cepal**, Santiago, n. 100, p.123-145, abr. 2010.

PERROUX, François. **A Economia do Século XX**. Lisboa: Herder, 1967. 755 p.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. **Polis: Revista Latinoamericana**, v. 41, p.1-13, set. 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Theotônio. A globalização reforça as particularidade. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 71-76.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da USP, 2006.

\_\_\_\_\_. O Retorno do Território. In. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo. Editora. HUCITEC, 1998.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SVAMPA, M. Modelo de desarrollo y cuestión ambiental en América Latina: categorías y escenarios en disputa. In: WANDERLEY, Fernanda (Coord.). **El desarrollo en cuestión: reflexiones desde América Latina**. La Paz: Plural Editores, 2011. p. 411-441.

\_\_\_\_\_. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. In: CLACSO. **Movimientos socioambientales en América Latina**. Ciudad de Buenos Aires: Clacso, 2012. p. 15-38.

SERFATI, Claude. Dimensiones financieras de la empresa transnacional: cadena global de valor e innovación tecnológica. **Ola Financiera**, Ciudad de México, v. 4, n. 1, p.111-149, dez. 2009.

VIRILIO, Paul. **Guerra Pura: A militarização do cotidiano**. São Paulo: Brasiliense S.A., 1984.

WADE, Robert Hunter. What Strategies Are Viable for Developing Countries Today? The World Trade Organization and the Shrinking of 'Development Space'. **Review Of International Political Economy**, Londres, v. 10, n. 4, p.621-644, nov. 2003.